

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTOR: Alcino Eduardo Bonella (Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia)

TÍTULO: Moral Deontológica e Princípio de Universalização: um Estudo a partir da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, de Kant

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Lutz Müller

DATA DA DEFESA: 30.06.1995

INSTITUIÇÃO: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

Nesta dissertação apresentamos e discutimos aspectos centrais da ética kantiana a partir de um estudo da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, especialmente do princípio de universalização e das várias formulações dele como imperativo categórico da moralidade.

Estes aspectos são interpretados tematicamente como uma ética deontológica de princípios que defende a prioridade de considerações de honestidade e justiça sobre a prudência e a utilidade. Esta abordagem crítica, por um lado, um tipo de universalismo moral (enquanto mera generalização de princípios subjetivos), já que para Kant é preciso, além da universalização dos princípios (ou seja, sua generalização para todos os envolvidos), avaliar se podemos querer tal universalização do ponto de vista de um espectador imparcial e razoável; e, por outro lado, critica um tipo de subjetivismo moral (enquanto negação total de princípios morais objetivos), já que é possível admitir a subjetividade de nossas máximas e, ao mesmo tempo, avaliar sua moralidade com o ponto de vista da imparcialidade e da reciprocidade.

No primeiro capítulo iniciamos com uma reflexão sobre a ética e sobre o modelo kantiano da investigação moral, seguindo o *Prefácio da Fundamentação*. Ele nos insere no paradigma kantiano de pensar a ética com o padrão de objetividade (transcendental) do conhecimento em geral.

No segundo capítulo seguimos os passos mais importantes da **primeira seção da Fundamentação**, a argumentação sobre a "boa vontade" e o "dever", destacando a importância da perspectiva deontológica apontada nestes

aspectos, especialmente na introdução da natureza do princípio de universalização.

No terceiro capítulo tratamos com a teoria dos imperativos e com a articulação entre várias formulações dos princípios do imperativo categórico da moralidade, como aparecem na **segunda seção**.

No capítulo quatro discutimos o mérito da diferenciação kantiana entre prudência e moralidade, retomando a idéia da boa vontade como bem supremo e incondicionado, e questionando a posição rigorista de exclusão total das conseqüências das ações e do conflito entre máximas universalizáveis. Apontamos a possibilidade de argumentar “com Kant contra Kant”.

No capítulo cinco apresentamos aspectos importantes de algumas interpretações do princípio de universalização e defendemos uma interpretação dele como princípio de justiça, que sinaliza um ponto de vista da imparcialidade e da reciprocidade como requisito fundamental para uma avaliação moral. Questionamos a suficiência disto em função de ser um princípio formal e regativo, que aponta, mas não realiza necessariamente princípios substanciais de moralidade.

Concluimos que a perspectiva deontológica de Kant oferece recursos para esclarecermos criticamente exigências morais, em conflito ou não, e sua aceitabilidade, e que o princípio de universalização é um requisito necessário de nossa avaliação moral objetiva, embora insuficiente, especialmente na aplicação da ética.